

ANÚNCIO 1/2016

FIXAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE PROCESSOS JUDICIAIS A DISTRIBUIR A AGENTES DE EXECUÇÃO

Publicitação do início do procedimento com vista a constituição de interessados e apresentação de contributos para a fixação do número máximo de processos judiciais a distribuir a cada agente de execução e sociedades de agentes de execução

Hugo Moreiras Marques Lourenço, Presidente da Comissão para Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça (CAAJ),

TORNA PÚBLICO, ao abrigo do n.º 1, do artigo 167.º do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, aprovado pela Lei n.º 154/2015, de 14 de setembro e, em cumprimento e para efeitos do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que o Órgão de Gestão da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça, na sua reunião ordinária de 14 de abril de 2016, deliberou por unanimidade proceder à publicitação do início do procedimento com vista à constituição de interessados e apresentação de contributos para a fixação do número máximo de processos judiciais a distribuir a cada agente de execução e sociedades de agentes de execução, nos termos e fundamentos seguintes:

1. A CAAJ é responsável pelo *"acompanhamento, fiscalização e disciplina dos auxiliares da justiça"*, *"nomeadamente os agentes de execução"* (n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º da Lei n.º 77/2013, de 21 de novembro);
2. O n.º 1 do art. 167.º do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução atribui à CAAJ, depois de ouvido o conselho profissional dos agentes de execução, a possibilidade de, até 15 de junho de cada ano, fixar o número máximo e espécie de processos para os quais os agentes de execução ou as sociedades que integrem podem ser designados;
3. Tal fixação afigura-se vantajosa, a fim de possibilitar uma melhor forma de desempenho das funções dos agentes de execução e os critérios que devem presidir à mesma devem ser objeto de discussão pública, permitindo aos interessados participar na sua definição.

Face ao exposto, ao abrigo e para cumprimento do disposto no artigo 98.º do CPA, com os fundamentos de facto e de direito que antecedem, publicita-se:

Por impulso do Presidente da CAAJ, nos termos da deliberação aprovada em 14 de abril de 2016, dá-se início ao procedimento de elaboração do projeto de regime jurídico para fixação do número máximo de processos judiciais a distribuir a agentes de execução e sociedades integradas por estes.

A constituição como interessados e a apresentação de contributos processa-se por meio de requerimento a dirigir ao Presidente da CAAJ, identificando devidamente o requerente e o procedimento.

Procede-se na presente data a publicitação no sítio da CAAJ, na Internet, do início do procedimento e a constituição como interessados pode ser requerida até 27 de abril de 2016, podendo estes, no mesmo prazo, proceder à apresentação de contributos.

O PRESIDENTE DO ÓRGÃO DE GESTÃO DA CAAJ

